

## **O DISCURSO ENGAJADO FORJADO PELO CLERO DURANTE OS ANOS 1980: as estratégias de hegemonia na sociedade civil**

Alejandra Estevez\*

Grupo de Trabalho 5: INTELECTUAIS E SOCIEDADE CIVIL (SÉCULOS XIX E XX)

### **Resumo:**

Este texto propõe a discussão em torno da elaboração de um conjunto de práticas e estratégias elaboradas pelo clero nacional ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, momento este de consolidação de um novo bloco histórico no interior da Igreja e de forte disputa hegemônica com as Forças Armadas. Os documentos produzidos no âmbito do Departamento Geral de Investigações Especiais do Exército possibilitam uma reflexão a respeito de uma nova gramática baseada na ideia de uma fé engajada produzida por intelectuais orgânicos da Igreja católica. A partir da defesa dos direitos humanos e da justiça social, a instituição católica se coloca então como intermediária entre sociedade civil e Estado e ganha em legitimidade social, como deixa claro o acervo em tela.

### **Introdução**

Não é novidade o papel central que o catolicismo desempenhou, desde a histórica atuação das ordens religiosas no processo colonizador, que deu origem à articulação de uma identidade nacional, refletida no imaginário não somente religioso, mas também político, cultural e social no país. Como chama a atenção Oliveira, “a concepção de ‘religião’ no Brasil está profundamente associada a um modelo cristão e, sobretudo católico de organização das crenças, rituais e instituições sagradas” (OLIVEIRA, 2010: 04).

Sobrevivente às mudanças impostas pela laicização do Estado com o advento da república brasileira e sua nova Constituição de 1891, a Igreja viveu um processo de reformulação de estratégias de hegemonia. Nesse sentido, a Ação Católica surgiu como organização responsável pela atualização do discurso católico de maneira a não somente evitar o desenraizamento da cultura católica que sofria com a concorrência de outras denominações no interior do próprio campo religioso, mas, sobretudo, como forma de amplificar sua influência na sociedade. Para isso, o leigo foi chamado a um papel mais ativo, ainda que dentro do limite do enquadramento hierárquico, tal como o trabalhador foi transformado em “agente” no discurso populista elaborado por Getúlio Vargas.

Com o intuito de acompanhar a transformação ideológica da sociedade política, a instituição católica, como chamou a atenção Gramsci (1981), tende a optar por um movimento progressivo, a fim de manter sua própria unidade ideológica “oficial” e de adequar-se às transformações em outros campos. Essa atualização, no entanto, seria feita num ritmo lento e metódico, de maneira a fazer com que suas transformações não sejam sentidas pela maioria, conservando, assim, certa homogeneidade em seu bloco ideológico.

Essa “homogeneidade ideológica” de que fala o filósofo sardo tem garantido, ao longo da história, sua unidade institucional, através de diversos mecanismos de enquadramento internos e de disseminação de uma visão de mundo, mais ou menos maleável, o que garante sua

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), [ally\\_estevez@yahoo.com.br](mailto:ally_estevez@yahoo.com.br).

capilaridade social. Não obstante uma tentativa de reificação permanente, na qual a Igreja católica é apresentada como fixa no tempo, porque da ordem do atemporal, diversos são os casos em que o dinamismo intrínseco às relações sociais faz-se presente em toda a sua complexidade e incoerência.

Estimulada, portanto, por esse desafio de expor as incoerências da Igreja e desvendar os nexos discursivos e ideológicos entre o campo religioso e o campo político, proponho a análise de um grupo de intelectuais orgânicos que forjam um discurso baseado na ideia de uma “fé engajada”, isto é, uma relação mais profunda entre fé e política. Minha análise se baseará principalmente nos diários de informações, produzidos no Departamento de Ordem Política e Social- seção Guanabara (DOPS-Gb). Heitor Correa Maurano, que trabalhou na Divisão de Informações (DI) da polícia antes de entrar no DOPS-Gb em 1970 explicou, em entrevista a Kenneth Serbin, que 60 pessoas eram empregadas na DI para gerenciar e analisar seus arquivos. Além disso, o DOPS-Gb monitorava as viagens internacionais, fiscalizava candidatos a cargos importantes do governo e concedia “atestados ideológicos” exigidos nos empregos. Serbin nota assim que

o DOPS-Gb era mais do que uma burocracia. Mantinha a Divisão de Operações, que incluía o Serviço de Buscas e a Seção de Buscas Especiais. Essas unidades juntavam evidências, prendiam suspeitos e os interrogavam – às vezes em colaboração com agências militares como o Cenimar e o DOI-CODI. Porém os órgãos militares, que eram responsáveis pelos aspectos mais violentos da repressão, davam relativamente pouca atenção ao DOPS-Gb (2001: 112).

O fundo da Polícia Política, hoje depositado no APERJ, manteve a organização de pastas e de referências feitas pelo próprio sistema de informações do DOPS. As categorias de pastas por mim consultadas foram as seguintes: 1) DGIE: 33; 2) Municípios: 9; 3) Secreto: 1 pasta; 4) Confidencial: 2; 5) Comunismo: 2; 6) Prontuários: 1. Estas pastas não obedecem a um padrão no número de páginas. As pastas consultadas em maior volume são justamente do Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), o qual os movimentos considerados subversivos tinham suas atividades acompanhadas cotidianamente, exceto os dias de sábado e domingo, e registradas no Sumário Diário de Informações, que variava de tamanho de acordo com o nível de movimentação e atividades dignas de registro por este órgão de controle. O sumário de informações dividia-se em quatro grandes campos de atuação nos quais os “inimigos” do regime foram enquadrados: Campo Político; Subversão; Campo Psicossocial – Movimento Sindical, Movimento Estudantil, Movimento Religioso; Outras atuações.

Caso nenhuma atividade considerada subversiva fosse registrada no dia, aparecia o registro “sem anormalidade”, no referido item. Esta divisão, por si só, contendo um campo exclusivo para o movimento religioso, nos fornece uma dimensão da importância que setores da Igreja católica haviam atingido no cenário nacional e do grau de preocupação que estes grupos geravam nas Forças Armadas, como veremos ao longo deste artigo. Além disso, a análise desses sumários demonstra a capilaridade social que a instituição católica havia alcançado neste momento, na medida em que encontramos referências de atividades de lideranças e movimentos católicos não apenas na seção “movimento religioso”, como também nas sessões “Subversão”, “Movimento Sindical” e “Movimento Estudantil”.

### **O surgimento de uma nova concepção de mundo no catolicismo brasileiro**

No século XIX, a disseminação das ideias liberais promoveram algumas transformações no que concerne à relação Igreja-Estado no Brasil. A Constituição de 1891 efetivou a separação formal entre o aparelho de Estado e a instituição católica. Partindo de um aporte teórico baseado no pensamento de Gramsci, entendo esse novo momento inaugurado pela história republicana não como um limitador da influência direta dos atores religiosos nas decisões governamentais e na definição de políticas públicas, mas sim como uma oportunidade para que a Igreja passasse a assumir uma postura mais ativa e independente em relação à sua participação e influência no cenário público. Desse momento em diante, poderemos observar uma grande habilidade desta em se associar e apoiar o poder temporal vigente e em desvincular rapidamente sua imagem do grupo político em crise na direção do Estado, garantindo sua independência política e reivindicando para si a função de formadora no campo cultural e educacional da sociedade brasileira.

A partir da Primeira República assistiu-se a uma contínua disputa de forças pela hegemonia na sociedade. Apesar de separada do Estado, a Igreja mantém-se como detentora de uma ampla rede de instituições que lhe fornece então uma capilaridade e poder formador tanto das classes dominantes como das classes dominadas. A instituição continuou dispondo de um poderoso material ideológico formado pela literatura e imprensa – incluindo mesmo os boletins paroquiais – e pela organização escolar e universitária que conservou. Além disso, manteve também o clero (corpo de intelectuais orgânicos), ordens religiosas e instituições confiadas aos laicos com finalidade política ou sindical (partidos e sindicatos católicos) ou ideológica (Ação Católica). Nesse sentido comenta Portelli (1977: 30):

A Igreja representa, realmente, todos os aspectos que Gramsci analisa na sociedade civil; por um lado, a ideologia disseminada e adaptada a todo o corpo social; por outro lado, as organizações e os canais de difusão dessa ideologia. Gramsci opõe a essa esfera vasta e complexa da superestrutura a da sociedade política.

Essa nova condição obrigava a Igreja a uma reformulação de estratégias, criando assim o projeto da chamada “neocrisandade”, capaz de forjar uma nova organização social na qual o catolicismo viesse a prover a unidade moral e cultural da nação, a despeito da relativa independência formal do Estado e da esfera política. Esse modelo, além de demandar uma aproximação burocrática com a burguesia e as novas elites urbanas, propunha igualmente um investimento na formação de intelectuais leigos e na educação das massas populares, bem como uma maior participação do laicato em algumas decisões da vida prática da Igreja.

A atuação dos intelectuais católicos, nas primeiras décadas do século XX, criaria um novo universo simbólico para a instituição, no qual esta se afirma como intermediária entre Estado e sociedade. Exemplo do restabelecimento dessa hegemonia católica consiste na fundação do Centro D. Vital, no Rio de Janeiro, em 1922, que assumirá a produção da Revista *A Ordem* – importante fonte de divulgação das ideias eclesiais. O Centro D. Vital tinha, portanto, como principal objetivo divulgar as ideias católicas e se encontrará à frente de importantes mudanças ocorridas na década seguinte: lançará as bases da Ação Católica no Brasil, em 1933; criará a Confederação Nacional da Imprensa Católica; estimulará o surgimento das universidades católicas e da Liga Eleitoral Católica (LEC).

Assim, a dinâmica do campo católico, através da Ação Católica e de outros movimentos dela derivados, como os Círculos Operários Católicos e as Juventudes especializadas<sup>1</sup>, se atualiza como “estratégia de articulação, formação e mobilização do laicato em torno da afirmação pública da identidade católica e da defesa de suas posições morais e sociais” (OLIVEIRA, 2010).

A partir de 1930, a questão social assumiria centralidade nos discursos governamentais. Especialmente a classe operária receberia a atenção das políticas públicas de Getúlio Vargas, uma vez que contribuía para limitar o poder oligárquico, bloco histórico recém substituído pela burguesia urbano-industrial. Sendo assim, o Estado varguista concebe um projeto de “colaboração entre classes”, transformando a classe operária em “parceira” do governo, sob um discurso de harmonia entre as classes. O ideal anticomunista também se apresentaria como mais um elo de ligação entre os interesses do Estado e da Igreja.

Após 1945, com a crise política do Estado Novo e a emergência do discurso democrático, a Igreja buscava desvincular-se do Estado ditatorial e projetar a partir de então sua autoimagem como opositora ao governo. “Aquilo que havia sido positivo, garantidor da harmonia e da ordem, passava a ser paternalismo, ilegítimo, antidemocrático. Inventava-se um novo discurso mais apropriado aos novos tempos” (SOUSA, 2002: 242).

Desse período em diante, até as vésperas do golpe civil-militar, em 1964, gestou-se a formação de um novo bloco histórico no interior da Igreja católica. A “questão social”, disseminada como estratégia de hegemonia nos anos 1930, se desenvolve de maneira espetacular ao longo dos anos 1950 e 1960, conquistando setores importantes da hierarquia eclesiástica. Inúmeros padres e bispos engajaram-se em projetos como as Ligas Camponesas ou o Movimento de Educação de Base (MEB) e atuaram junto à Juventude Operária Católica (JOC) e à Juventude Universitária Católica (JUC). Essa geração de militantes leigos e eclesiásticos forjou um discurso crítico ao enquadramento institucional representado pela hierarquia e desenvolveu um corpo de ideias que colocava como missão da Igreja a transformação social através de um engajamento no campo político.

Esse discurso tem como característica a sobrevalorização da autonomia dos militantes, buscando reforçar a ideia do agente eclesiástico como mero auxiliador no processo de organização coletiva, na busca por enfatizar um caráter “de base” para seus movimentos. No entanto, tomando como referencial a interpretação de Bourdieu (1989), não podemos perder de vista a relação desigual experimentada entre padres/bispos e leigos, uma vez que estes se encontram inseridos numa divisão do trabalho religioso, hierárquica por excelência. A proximidade das relações entre padres e leigos, a opção por não usar a batina, o uso de uma linguagem simples e direta são fatores que, sem dúvida, contribuíram para a reformulação de um universo simbólico que antes buscava reforçar essa distância e disparidade de condições. No entanto, a sacralidade da condição de religioso inscrita no imaginário popular se faria sentir na maneira de relacionar-se com um membro do corpo hierárquico, para não falar da diferença no uso da oratória e no poder de convencimento que esta condição religiosa pressupunha.

Mesmo diante dessa constatação, setores da Igreja católica levam às últimas consequências a ampliação do papel dos leigos em seu interior e com isso fornecem maior poder de intervenção às camadas populares. Nesse momento, as identidades ganham novos significados, apesar de continuarem se orientando, em maior ou menor medida, a partir dos códigos determinados pela estrutura.

---

<sup>1</sup> Tratam-se das Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).

Assim, a polarização vivida pela sociedade política nos anos 1950 e começo dos anos 1960 é igualmente sentida no interior da instituição católica no Brasil. Ao lado dos movimentos católicos identificados como progressistas, podemos citar igualmente a existência das campanhas do “rosário em família” e das “marchas da família, por Deus, pela liberdade”. Fica evidente, portanto, uma disputa de hegemonia no interior do próprio campo católico.

No momento da instauração do golpe civil-militar de 1964, portanto, o quadro ideológico na Igreja polarizava-se entre os conservadores religiosos e sociais que viam nas mudanças uma ameaça à ordem e os militantes da ACB, lideranças da CNBB e padres radicais que haviam se engajado de transformação social desde o governo Goulart. Essa tensão pode ser exemplificada a partir do encontro, em maio de 1964, de 33 dos bispos mais importantes do Brasil, onde deveriam formular um pronunciamento a respeito da “Revolução”. O resultado foi um documento confuso e incoerente onde manifestavam respeito e agradecimento às Forças Armadas, mas ao mesmo tempo apelavam para o fim dos ataques aos ativistas da Igreja. A vitória do bloco conservador, neste primeiro momento, encontra explicação nos argumentos de Pierre Sanchis (1992), quando demonstra alguns históricos pontos de comunicação entre Igreja e Forças Armadas: 1) eram as únicas instituições de elite distribuídas em todo o país; 2) compartilhavam a ênfase na hierarquia, na obediência e na disciplina; 3) eram dominadas por homens; 4) não seguiam apenas uma corrente política.

Logo após a instauração do regime militar, a Igreja oficialmente forneceria apoio ao novo bloco histórico, demonstrando ainda a hegemonia do bloco conservador no interior da instituição católica, dando lugar a uma cooperação entre as hierarquias militar e eclesiástica. Pode-se falar, portanto, em uma proximidade de objetivos – manutenção da ordem e da disciplina e defesa da autoridade e do capitalismo – e de ideologia – rejeição de qualquer experiência socialista ou comunista e colaboração entre as classes.

Entretanto, durante o período militar, o núcleo progressista católico ganha em corpo e legitimidade na sociedade à medida que as perseguições a militantes católicos passam a ser cada vez mais recorrente e a instituição torna-se uma força moral e política importante para os movimentos sociais contestatórios e ameaçadora aos olhos do regime. Após a decretação do AI-5, as relações entre Igreja e Estado se deterioram gradativamente. Já em fins dos anos 1960 alguns bispos surgem no cenário público para elaborar denúncias a respeito das torturas e das péssimas condições de vida da população. A partir de então, verifica-se o amadurecimento e o engajamento na luta pelos Direitos Humanos e a construção de uma imagem pública da Igreja como “a voz dos que não têm voz”. Mobilizando uma ampla estrutura sob seu poder, a instituição e seus agentes eclesiásticos utilizam o espaço das missas, as procissões, declarações à imprensa, publicações da Igreja e pronunciamentos oficiais como armas políticas na disputa por hegemonia social. Serbin descreve o alcance dessa estrutura:

Seus 13 mil padres, 38 mil freiras e 250 bispos formavam uma grande rede pelo Brasil afora. Esse pessoal era multinacional, multilíngüe e altamente instruído. Eram parte de uma organização global. A Igreja tinha postos diplomáticos, ou nunciaturas, por todo o mundo. No Brasil, construíra uma das maiores infraestruturas nacionais com milhares de edifícios, seminários, conventos, paróquias, hospitais, escolas, orfanatos, etc. O papa, dirigente dessa organização, detinha grande prestígio político, a reverência das massas católicas e o respeito das Forças Armadas brasileiras (2001: 123).

Em contrapartida, nos meios militares, cada vez mais se disseminava a ideia de que a Igreja era um ninho de subversão e trabalhava em prol da comunização do país. O receio era grande devido a todo o aparato pertencente à instituição e à sua fácil ligação com os mais pobres, sobretudo entre 1969 e 1974. Em novembro de 1970, com a invasão do Ibrades, fica evidente que a perseguição militar não se restringia unicamente a católicos radicais como D. Hélder Câmara. No governo Médici, portanto, o ataque à Igreja foi bem estruturado e visava desorganizar e desacreditar o clero progressista frente à opinião pública e a própria esquerda. Casos de prisões, torturas e mortes a membros do clero tornaram-se comuns. Houve nesse sentido todo um investimento em termos de infraestrutura dos órgãos de controle de informações e repressão policial dirigida à Igreja católica. As denúncias de D. Hélder às torturas numa palestra na França teria sido um dos fatores a desencadear esse processo. Uma contagem parcial feita pela Igreja entre 1968 e 1978 contou com mais de uma centena de prisões de padres, a detenção de 30 bispos, sete mortes e muitos casos de tortura, expulsão de estrangeiros, invasão de edifícios, ameaças, proibição de missas e encontros etc.

A suspeita em relação à Igreja devia-se ao extremismo anticomunista, mas também à sensação de traição devido ao clero ter abandonado o catolicismo tradicional, seus símbolos e estruturas sociais. Tratava-se, acima de tudo, não apenas de um afastamento de cunho político em relação ao Estado, mas sobretudo de um distanciamento entre cosmologias, que haviam sido partilhadas por séculos. A rejeição à batina, ao anel episcopal e outros símbolos de diferenciação causava incompreensão e medo dos mais tradicionais. Essa tendência começou com o Vaticano II, quando o próprio papa Paulo VI parou de usar a tiara papal, e, em vez disso, passou a usar a mitra comum dos bispos e teve uma particular apropriação na América Latina na busca por simbolizar o novo compromisso com os “pobres”. Prova disso foi a tendência de muitos padres no Brasil que passaram a usar anéis negros feitos da resina de ocum como sinal de uma Igreja mais simples, do compromisso com os pobres e ao mesmo tempo da resistência ao regime militar.

Esses incidentes de tortura e perseguições renderam a condenação do próprio papa Paulo VI e de diversos bispos conservadores que suspeitavam das denúncias de tortura, contribuindo para criar uma certa unidade interna em defesa da autonomia institucional. Aqueles mais conservadores chegavam a reconhecer a necessidade de um maior controle sobre seu clero e leigos, porém reivindicavam acima de tudo o direito de resolver suas próprias questões e decidir sobre as possíveis punições a membros desviantes, como fica claro nos documentos da Polícia Política.

A reação da Igreja contra o Exército se deu em três frentes: 1) a defesa dos direitos humanos e as denúncias contra o regime por parte dos bispos gerava atritos e criou, fora do Brasil, um desastre nas relações públicas para os generais; 2) a Igreja trabalhava por transformações ideológicas e sociais que criticavam a estratégia de desenvolvimento do regime; 3) a construção de um movimento de resistência ativo, porém defensor do pacifismo. Essa resistência se deu de diferentes formas: religiosos escondiam e facilitavam a fuga de perseguidos políticos, padres dominicanos falavam em latim ao telefone para burlar os militares, os confessionários serviam para transmitir mensagens etc. A instituição contou também com o apoio de membros do próprio Exército, numa clara demonstração da polarização ideológica em todos os níveis estruturais da sociedade. Esta se ligava a uma grande e criativa rede de informações que envolvia religiosos, membros do Exército, da esquerda e demais atores da sociedade civil. As igrejas locais prestavam ainda o serviço de fontes de informação e membros do clero e das CEBs tornavam-se mensageiros.

Os anos 1970 e 1980 vão ser marcados pelas contradições de um Estado autoritário e uma sociedade que buscava reunir resistir de maneira inovadora e por vezes surpreendente. No âmbito da Igreja, forjou-se então um corpo de intelectuais orgânicos engajados no projeto de combate às “injustiças sociais”, responsáveis pela formulação de um discurso anti-capitalista e de empoderamento das camadas populares, alicerçado por uma ideologia bastante sólida, a Teologia da Libertação. Muitas de suas ideias foram disseminadas pelas fileiras católicas e um discurso mais contundente foi, por vezes, adotado pela própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a organização por excelência representativa do pensamento do bispado brasileiro, como fica evidente nos diversos pronunciamentos e relatos elaborados pelos técnicos do DOPS.

Como demonstra Serbin ao tratar da Comissão Bipartite, constituída nos anos 1970, sabemos igualmente que houve um esforço de entendimento entre Igreja e Estado, o que contribuiu para a complexificação de personagens católicos inscritos na memória de luta contra a ditadura militar, como o influente leigo Cândido Mendes ou o progressista Dom Paulo Evaristo Arns, que mantiveram inúmeras conversas com os setores militares sabidamente responsáveis pela estrutura repressiva instalada no país, como é o exemplo do chefe do Estado-Maior do Exército, Antônio Carlos da Silva Muricy. Isso se deu durante os anos apontados como os mais “duros” do regime militar.

Assim, o autor demonstra de um lado o interesse dos bispos em salvaguardar os privilégios e a influência política da instituição face ao Estado, mesmo em um momento em que esta se projeta como a defensora dos pobres e se lança na denúncia dos crimes do regime repressor. Por outro lado, através do exemplo da Comissão Bipartite, Serbin demonstra que Médici usou mais do que de pura repressão para lidar com a Igreja, estabelecendo-se esforços no sentido do entendimento entre Igreja e Estado. A documentação por mim analisada vai portanto ao encontro dessa perspectiva analítica.

### **O novo bloco histórico católico a partir dos sumários de informações**

Sob a alegação de preservação da ordem e defesa da segurança nacional, os órgãos de informação militares investigaram e registraram sistematicamente as ações dos membros da Igreja. Além de preservar relatórios detalhados, estes setores se encarregavam de escrever avaliações sobre os encontros e os bispos, bem como coletar informações confidenciais sobre supostas atividades subversivas por parte do clero e dos agentes pastorais. A avaliação dos bispos e de suas posições constituía, portanto, outra faceta dos esforços da equipe militar.

Nesse sentido, verificamos a constituição de uma rede bem organizada de padres e bispos que incorporaram a ideia de uma “fé engajada” e mobilizaram elementos próprios da Igreja – rede de comunicação, espaço físico, influência política etc. – que se encontravam à sua disposição para arregimentar e apoiar ações de seus movimentos de base e mesmo de organizações da esquerda política.

A circularidade da informação no interior do campo católico neste momento, bem como o estabelecimento de redes de comunicação internas para além do regime censório são dados de fundamental importância que ficam claros nestes sumários. Era recorrente a presença de padres e bispos de outras dioceses em solidariedade aos atos contestatórios em outras cidades, bem como a participação dos religiosos com maior destaque na grande imprensa em seminários e palestras.

O trecho abaixo, do técnico do Serviço Regional de Investigações Especiais, transparece o tom de desagrado referente à relação do bispo local com o movimento operário através da militância católica.

A participação ativa do Bispo Waldyr Calheiros de Novaes, no sentido de apoiar todas as classes operárias, tem em seu bojo as Comunidades Eclesiais de Base e a Ação Católica Operária, as quais apóiam todos os trabalhadores em suas reivindicações, mandando seus representantes a todas as assembleias.<sup>2</sup>

A documentação permite, ainda, verificar o estabelecimento de uma rede de relações consistente entre bispos e padres no estado do Rio de Janeiro, sobretudo nos municípios de Volta Redonda, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, além de presenças mais esparsas em Paraty e Niterói, como no trecho do sumário abaixo:

Encerramento das Missões. A missa foi celebrada pelo bispo D. Adriano Hipolito e reuniu cerca de 500 pessoas vindas de Nova Iguaçu, Caxias e Volta Redonda, numa praça em Nova Iguaçu. As missões, dos frades capuchinhos do RS, objetivaram “catequizar” a comunidade de Nova Iguaçu para a opção da Igreja pelos pobres. Os relatores afirmam que a celebração não teve caráter contestatório e o discurso de D. Adriano foi moderado e não notou a presença de militantes políticos.<sup>3</sup>

Vale destacar ainda a capilaridade desses setores católicos no que concerne a sua participação em fóruns extra-religiosos, como envolvimento nas negociações de greves, acordos salariais e lutas pela posse de terras. O campo da política antes refutado pela Igreja tradicionalista em seu discurso aparece aqui como espaço de atuação legítimo na libertação das classes populares das relações de opressão oriundas do sistema capitalista. Essa postura de muitos religiosos permitiu a aproximação com movimentos da esquerda política, inclusive com movimentos da esquerda armada. Os trechos abaixo demonstram essa dinâmica entre os movimentos críticos ao governo.

Dia Nacional das Missões. D. Mauro Morelli celebrou a comemoração. Realização de ato litúrgico com cerca de 800 pessoas, na Catedral. O bispo fez um pronunciamento abordando a luta dos pobres e oprimidos e o papel da Igreja. À noite ele realizou uma missa classificada como “Homenagem Póstuma a todos aqueles que morreram vítimas das Ditaduras Militares da América Latina. (fls. 13) A comemoração contou com membros da MAB, do Movimento Negro, PCB-Prestes, MR-8, Caritas, Comissão Justiça e Paz, pároco de Belford Roxo, líder de associações de moradores, etc.)<sup>4</sup>.

As criativas formas de contestação ao regime também são recorrentes nos sumários, como no caso do desfile estudantil de 7 de setembro, Colégio ‘Rainha da Paz’ em Lagoa Vermelha/RS, quando os alunos não marcharam mas caminharam com motivos e cartazes contendo críticas dirigidas ao governo. A escola apresentou um grupo de alunos acorrentados, demonstrando que o

---

<sup>2</sup> DGIE- Serviço Regional de Investigações Especiais – Volta Redonda – 05 de junho de 1981

<sup>3</sup> Sumário Diário de Informações n. 159 – 23/ago/1982

<sup>4</sup> Sumário Diário de Informações n. 154 – 19 de outubro de 1981



país não seria livre, enquanto outro grupo portava metralhadoras de brinquedo fazendo alusão às guerrilhas<sup>5</sup>.

### Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CAMURÇA, Marcelo. “Cosmologia e estudo de longo curso do catolicismo na dinâmica da modernidade” in *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Porto Seguro, Bahia: junho 2008.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- FICO, Carlos. *Como Eles Agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- KONDER, Leandro. *Marxismo e Cristianismo. Encontros com a civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileiro, nº 6, 1978
- OLIVEIRA, Gustavo G. S. de. “A globalização e a (des/re)articulação das identidades e práticas religiosas no cristianismo brasileiro” in *34º Encontro Anual da ANPOCS, ST 29: Religião e Globalização*, Caxambu, 2010, p. 04.
- PEREIRA, Anthony. *Ditadura e Repressão*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 30.
- SANCHIS, Pierre. *Catolicismo: Modernidade e Tradição*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- SEMERARO, Giovanni. *A Primavera dos anos 60 – A Geração Betinho*. São Paulo: Loyola, 1994.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SOUSA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários – a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2002, p. 242.
- SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A JUC: os Estudantes Católicos e a Política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

---

<sup>5</sup> Sumário Diário de Informações nº 211 – 09/Nov/82.